PODER

Presidente pretende se reunir com os principais caciques dos partidos antes de definir a composição da Esplanada dos Ministérios para seu quarto mandato. Em troca de cargos, petista cobrará fidelidade às pautas do Executivo no Congresso

Lula quer compromisso do Centrão com governo

» ARMANDO HOLANDA

Divulgação



Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Entre os que serão chamados a conversar com o petista estão os presidentes do PSD, Gilberto Kassab (E), e do Republicanos, Marcos Pereira

» PSB e PDT em federalização

O Diretório Nacional do PSB autorizou o partido a formar uma federação com o PDT, com a possibilidade da inclusão de outras legendas do "campo progressista". É uma decisão que mira a sobrevivência das duas siglas. O PDT não atingiu a cláusula de barreira neste ano, quando os partidos precisavam alcançar 2,5% dos votos válidos nacionais, com, no mínimo, 1,5% em nove estados. Em 2030, a regra passará a 3% dos votos nacionais, com no mínimo 2% em nove estados. Partidos que não atingem a cláusula perdem acesso ao Fundo Partidário e à propaganda gratuita em rádio e televisão. O endurecimento ameaça o PSB, que conseguiu bater a meta neste ano, mas pode enfrentar problemas na próxima eleição nacional se não se movimentar no cenário político.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende chamar à mesa os principais caciques do Centrão antes de definir a composição de seu quarto mandato. Entre os interlocutores estão Gilberto Kassab, presidente do PSD, e Marcos Pereira, do Republicanos. Mais do que negociar ministérios, ele quer saber até que ponto as legendas estão dispostas a acompanhá-lo no Congresso Nacional. O recado é de que haverá espaço na Esplanada, mas a participação no governo deverá vir acompanhada de compromisso com as pautas do Executivo.

Segundo auxiliares ouvidos pelo **Correio**, Lula admite ampliar a presença desses partidos na estrutura ministerial, desde que preserve o controle de áreas consideradas estratégicas. A preocupação no Palácio do Planalto é não repetir o modelo de distribuição de cargos que, ao longo do terceiro mandato, nem sempre se converteu em votos favoráveis ao governo. O entendimento é de que o tamanho das bancadas, por si só, não pode ser o único critério para a acomodação de aliados.

A disposição de Lula também passa pelo reconhecimento de que o Congresso eleito em outubro terá uma configuração mais conservadora, com a oposição fortalecida, sobretudo no Senado. Ainda assim, o presidente tem procurado afastar a tese de que enfrentará dificuldades incontornáveis para governar. Na noite da vitória eleitoral, em 25 de outubro, o petista rebateu as avaliações pessimistas sobre a relação com o Legislativo.

"Já tem gente falando que terei dificuldade para governar porque o Congresso está mais conservador. Foi o povo que escolheu o Congresso. E é com ele que eu vou trabalhar e aprovar as coisas", enfatizou. Na ocasião, acrescentou que o resultado das urnas exige respeito às instituições, independentemente das diferenças políticas. "Ninguém é obrigado a gostar do presidente eleito, mas ele foi eleito para governar para todos", declarou.

A sinalização foi reforçada no último domingo, durante pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão. Ao agradecer pelos 64 milhões de votos recebidos, Lula afirmou que pretende ampliar o diálogo político e promover mudanças na estrutura do Executivo. "Vou governar para todas as brasileiras e todos os brasileiros, como sempre fiz. É preciso construir pontes em vez de muros", disse.

Nos bastidores, a análise é de que as conversas com Kassab e Marcos Pereira funcionarão como um termômetro para a formação da base. O PSD manteve posição de neutralidade no segundo turno, enquanto o Republicanos esteve entre as legendas que apoiaram Flávio Bolsonaro (PL), derrotado pelo petista. Encerrada a disputa eleitoral, o Planalto busca separar as divergências da campanha dos acordos necessários à governabilidade.

Kassab já indicou disposição para participar do próximo governo, mas fez uma ressalva sobre a autonomia do PSD. Em 27 de outubro, afirmou: "Vamos permitir que nossos companheiros integrem o governo, mas sem submissão". A declaração dá a dimensão do desafio de Lula: atrair partidos que reivindicam espaço na máquina federal sem necessariamente assumir alinhamento integral com o Palácio do Planalto.

A tarefa inicial de ouvir os dirigentes partidários foi delegada ao presidente nacional do PT, Edinho Silva. Caberá a ele apresentar ao chefe do Executivo um panorama das exigências de cada legenda e, principalmente, da quantidade de votos que poderão oferecer. Lula pretende assumir pessoalmente a etapa decisiva das negociações, quando estarão em discussão os nomes e as pastas.

Em entrevista à Band, no domingo, Edinho defendeu uma mudança na relação entre o Executivo e o Legislativo. "Tem que ser um outro modelo de governabilidade, que evite interesses individuais acima de interesses coletivos. Por isso que ele está pedindo para nós tratarmos com os partidos", afirmou. O dirigente também criticou a dinâmica das emendas parlamentares e sustentou que os acordos precisam estar vinculados a compromissos institucionais.

Disputa pelo comando

A movimentação não se limita aos ministérios. Lula também observa a disputa pelas presidências da Câmara e do Senado, marcada para fevereiro de 2027. O comando das duas Casas terá influência direta sobre o andamento de projetos do Executivo, a análise de indicações ao Supremo Tribunal Federal (STF) e a eventuais pedidos de impeachment contra integrantes da Corte.

Nesse cenário, o Planalto procura evitar que a oposição concentre instrumentos capazes de impor derrotas ao governo. A composição das Mesas Diretoras e a distribuição das principais comissões entram no cálculo, especialmente diante da perspectiva de embates sobre segurança pública, economia e reformas institucionais.

A negociação ocorre ainda sob pressão do calendário. Lula pretende encaminhar as definições ministeriais antes do fim do ano, para iniciar janeiro com a equipe formada. Além das legendas de centro, terá de acomodar quadros do próprio PT e aliados que participaram da campanha eleitoral. A divisão dos espaços, portanto, exigirá equilibrar interesses partidários, compromissos políticos e a manutenção de nomes de sua confiança.

Diretório avalia rumos do quarto mandato

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O Diretório Nacional do PT se reúne, hoje, em meio a discussões sobre governabilidade e formação de ministérios no próximo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O encontro ocorre, também, após críticas do presidente da legenda, Edinho Silva, à condução da política monetária pelo Banco Central.

Com a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, integrantes do PT defendem a redução para menos de 10%, além de afirmarem que a manutenção desse patamar, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), corroborou com a agenda da oposição a Lula.

José Sérgio Gabrielli, coordenador do programa econômico da campanha do presidente, defende planos para integrar as políticas econômicas do governo e as ações monetárias com o objetivo de estabilizar a inflação sem aumentar a Selic.

Embora não seja possível afirmar como as questões relacionadas à Selic serão tratadas em eventual resolução aprovada pelo diretório nacional do partido, Edinho Silva tem falado publicamente ser contrário à manutenção dos juros em 13,75% e crítico da ideia de corte de gastos. Como estratégia para controle da inflação, propõe o aumento de caixa pela receita por meio do fim de desonerações e incentivos fiscais a setores econômicos.

Apesar de o presidente do PT e de membros do partido resistirem a cortes de gastos, o governo Lula enviou ao Congresso um projeto de lei complementar que diminui o espaço fiscal para avanço de despesas e amplia instrumentos para controle de despesas. A previsão do texto é que haja economia de R$ 60 bilhões no orçamento de 2027.

A reunião ocorrerá, também, enquanto o governo projeta seu quadro ministerial. Há especulações sobre se o Ministério da Fazenda, por exemplo, continuará a cargo de Dario Durigan. O mercado vê com bons olhos nomes como o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) ou o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), porém há possibilidade de a pasta ser comandada por um representante economicamente simpático ao diretório do PT.

Vanilson Oliveira/CB/D.A Press



O presidente do PT, Edinho Silva: balanço da campanha também estará na pauta do diretório

Participantes

Sem a presença de Lula, que cumpre agenda internacional, a reunião contará com os líderes do governo no Senado e na Câmara, Teresa Leitão (PT-PE), e Pedro Uczai (PT-SC), respectivamente.

Durante a corrida eleitoral, a transmissão de uma reunião interna do PT no YouTube mostrou que Lula culpou Edinho pela derrota no primeiro turno para Flávio Bolsonaro (PL). O presidente do PT foi coordenador da campanha do chefe do Executivo à reeleição.

"Acho que fizemos uma campanha aquém da minha possibilidade. Poderíamos ter feito mais. Disse para Edinho que essa foi a campanha menos organizada de que participei desde 1989", desabafou Lula.

Na ocasião, a transmissão do ato foi disponibilizada pelo PT para os jornalistas, que não puderam entrar na reunião, mas acabou sendo retirada do ar enquanto o presidente fazia as críticas. Parte das declarações foi divulgada posteriormente.

Queixas à Executiva Nacional durante a campanha também foram feitas ontem por presidentes do PT nos estados, durante reunião na sede do partido, em Brasília. O **Correio** apurou que representantes da legenda reclamaram da falta de recursos de campanha em seus respectivos estados.

Além desse encontro ontem, a sede do PT foi palco de uma reunião do grupo Construindo um Novo Brasil (CNB), corrente majoritária do partido, que tem como participantes Edinho Silva e o vice-presidente nacional da sigla e seu opositor declarado, Washington Quaquá, prefeito de Maricá (RJ).

O **Correio** tentou acompanhar a repercussão da reunião, mas equipes da sigla não permitiram. Em meio às desavenças entre Edinho e Washington Quaquá, a reportagem apurou que o clima estava pesado entre participantes do encontro.